



10 anos de "O Menino do Pijama Listrado": um desserviço à memória da Shoá

Mais do que um desserviço. Um obstáculo para a criação de uma memória do Holocausto justa, eficaz e útil para os nossos dias. Porém, pelos motivos corretos.

Por Carlos Reiss*

A obra "O Menino do Pijama Listrado", fenômeno do escritor irlandês John Boyne, foi adaptada para o cinema e chegou às telas brasileiras em dezembro de 2008. Rapidamente, ocupou um espaço estimulado, grande parte, pelo fascínio que "O Diário de Anne Frank" provoca há décadas em adolescentes de todo o mundo. Afinal, é quase sempre envolvente e encantador ver o mundo pelos olhos de uma jovem de 13 anos. Ou por uma criança de nove.

Em função do sucesso (não tanto de crítica, mas de repercussão), seu uso educativo passou a ser cada vez mais constante nos últimos dez anos. O que este texto pretende é apontar as (poucas) virtudes e os (vários) problemas para tal, o que transformou a grande audiência do filme num problema pedagógico. Seu uso, como veremos, prejudica a construção de uma memória do Holocausto que justifique sua transmissão justa às novas gerações.

O que não incomoda

"O Menino do Pijama Listrado" é comumente descrito, nas palavras do próprio Boyne, como "uma alegoria, uma fábula literária" - e a fábula, neste caso, vista como um trabalho de ficção com uma moral transparente, explícita. Porém, a questão não é o fato de ser ou não ficção. Não é este o problema. Apesar de incentivarmos os relatos e testemunhos das vítimas reais como base para qualquer educação sobre o Holocausto, é inegável o peso representativo da ficção. Por exemplo, longas como "A Vida é Bela" e o "Trem da Vida", ambos de 1999, e até os mais recentes "A Menina que roubava livros" (2013) e "O Filho de Saul" (2016) nos criam referências importantes. Tanto o cinema quanto a literatura nos ajudam a construir um



imaginário coerente, principalmente em situações que nunca imaginaríamos passar - como é o caso de um genocídio.

Também não incomodam os erros históricos - ou, como é dito comumente, as “licenças históricas”. Para a crítica canadense Linda Hutcheon, a literatura não tem qualquer cumplicidade com a verdade histórica, não sendo, portanto, falsa ou verdadeira. Seria isto, inclusive, o que define seu status de ficção. Dentre as críticas feitas ao longa “Bastardos Inglórios” (2009), por exemplo, certamente não está a sua inverosimilhança. A licença está dada.

No caso da obra de John Boyne, a amizade inocente entre duas crianças de nove anos, caminhando e conversando com um pano de fundo como Auschwitz-Birkenau, não pode incomodar pela baixa plausibilidade ou muito menos por transitar no terreno da ficção. Como incomodou o rabino norte-americano Benjamin Blech, que se sentiu ofendido e esbravejou por “lembrar” que as cercas eram eletrificadas e que judeus de nove anos de idade eram imediatamente mortos nas câmaras de gás. O que não é totalmente verdade, já que há registros de crianças usadas como mensageiras ou realizando pequenos serviços. O que não tira, porém, a falta de plausibilidade. Mas é ficção. E toda ficção é legítima. Ela tem um poder que, muitas vezes, a realidade não tem.

É provável que o grande incômodo para Blech tenha sido o que o próprio chamou de “profanação”. Na verdade, um não-olhar, uma não-narrativa. Um constrangimento causado pelo descompromisso com a informação nua e crua ao público, uma inquietação pela ausência das torturas e das barbáries. É por este motivo que Boyne foi acusado de mentiroso: não pela improbabilidade do enredo, mas pela inexistência de um caráter vitimista e de um clima perturbador. “Como assim, um filme sobre Auschwitz que quase não mostra o que deveria mostrar?” Mas é ficção. Ele está no seu direito.

O que incomoda



Inocência e amizade são os principais temas propostos nesta história ficcional. E são justamente estes os dois motes que o prejudicam como obra inspirada no Holocausto. Em primeiro lugar, a inocência. No caso, do pequeno Bruno, que romantiza, como destacado pela historiadora britânica Kathryn Hughes, a cegueira voluntária de parte dos alemães, que se negavam a enxergar o que se passava debaixo de seus narizes. A idealização das figuras da vítima, do perpetrador e do observador (*bystander*) por meio de “O Menino do Pijama Listrado” distorce suas representações – assim como a dos campos nazistas, já que nos dá a impressão de que não eram tão ruins assim. Em segundo lugar, o recurso da amizade infantil paradoxal – de um judeu e de um alemão. Um clichê trivial quando se quer provocar um contraponto, sair do lugar comum – como visto, por exemplo, em “O Caçador de Pipas” e na fantasia “Ponte para Terabítia”, ambos filmes de 2007.

A primeira crítica se dá, portanto, não pela obra em si, mas por seu uso educativo. A venda de mais de cinco milhões de cópias do livro em todo o mundo o transformou em referência para a representação da *Shoá*, utilizada por educadores para trabalhar o tema histórico. Não pode ser este o sentido de usar “O Menino do Pijama Listrado” em sala de aula. Ele está longe de ser a melhor alternativa para ilustrar, materializar ou rerepresentar a dimensão do Holocausto para o jovem. É pobre referencialmente, não-ilustrativo e funciona apenas no campo da literatura.

Destaca-se também o fato de seu fim (spoiler!) ser completamente contra-educativo. “O Menino do Pijama Listrado”, apesar de ser um filme sobre crianças, não é um filme para crianças. O desfecho final (o ato de fechar a porta da câmara de gás e sugerir as mortes) não contribui em absolutamente nada no processo de transmissão de lições e princípios ligados ao Holocausto. Ele choca, traumatiza, destrói qualquer resquício de valores que a história possa ter plantado. Não tem qualquer função educativa.

Foi o que me veio à mente, anos depois, quando recebi em mãos da editora um exemplar do livro infantil “Fumaça”, de Antón Fortes e ilustrações da polonesa Joanna Concejo. Visualmente linda, a obra tem o mesmo desfecho macabro. Um exemplo do que não fazer. No lugar da vida, foca na morte. Em suma, não é um livro para crianças.



Não é à toa que instituições como o Yad Vashem, em Jerusalém, e o próprio Museu do Holocausto de Curitiba aconselham apenas o uso de histórias de sobreviventes como fonte educativa a crianças menores de 12 anos. E, de preferência, que desde o início ela já saiba que a história retrata alguém que sobreviveu, que tem netos e netas da idade deles. Essas estratégias acalmam, amenizam quaisquer tensões ou traumas e ajudam a focar naquilo que importa: a transmissão de valores.

A segunda crítica, sim, diz respeito à obra, ao roteiro. Ele é, em suma, vazio. Tanto a inocência quanto a amizade infantil navegam por um senso-comum sentimentalista, sem qualquer profundidade. Sim, emociona. Faz chorar – e qualquer obra sobre o Holocausto, se tiver o objetivo de fazer chorar, vai fazê-lo facilmente. E parece que foi uma das intenções tanto do autor John Boyne quanto do diretor inglês Mark Herman: forçar a lágrima do leitor/espectador. É uma produção *kitsch*, em seu conceito mais clássico: melodramática, sensacionalista e repleta de chavões. Conta, por isso, com a simpatia de um público mediano. Prende a atenção e parece profunda, mas não é. Como uma “Galinha Pintadinha”: chamativa, quase hipnótica, aparentemente rica, porém vazia.

Fica um conselho. Um apelo. Se o tema é o Holocausto, não usem “O Menino do Pijama Listrado” em sala de aula. Em hipótese alguma. Existem recursos educativos brilhantes, metodologias variadas e fontes disponíveis para o educador. Livros, filmes e documentários para todos os vieses e para todas as idades. Quer saber mais? Pergunte-nos como.

* Carlos Reiss é coordenador-geral do Museu do Holocausto de Curitiba.
